

Apresentação

O dossiê *Memória e legado das resistências negras* surge num momento em que devemos reafirmar o que demorou tanto para ser afirmado e reconhecido por boa parte das elites política, intelectual e acadêmica do país: o legado de negros e negras do Brasil não se resume a uma visão congelada e estereotipada da religião, das danças e da culinária afro-brasileira.

Ainda hoje, apesar da resistência de docentes comprometidos(as) nas escolas e da lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 – que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena” –, essa construção da memória e do legado da população negra tornou-se parte de um projeto racista que folclorizou seu passado, despolitizando as realidades históricas de ações de solidariedade e de conflitos experimentados ao longo dos séculos. Apagaram rostos e trajetórias fundamentais para que negros e negras de hoje entendessem que seus “passos vêm de longe”.

Seríamos injustos se não lembrássemos de alguns nomes de negros marcantes nos compêndios escolares. Basta uma análise simples para se perceber a diminuta quantidade desses personagens comparada com a de homens e mulheres brancos. Se, de um lado, o negro está associado ao trabalho escravizado e às dificuldades enfrentadas no pós-abolição, de outro, o branco surge como político, oficial general, comerciante, industrial, intelectual de prestígio, enfim, são sinônimos do protagonismo, da vanguarda.

Autores e autoras presentes nessa edição da *Acervo* contribuem justamente para entrarmos em contato com parte dessas memórias e legados, cuja rica totalidade exigiria quantidade inimaginável de páginas. Tais artigos descongelam e *desfolclorizam* associações e rituais, introduzem-nos ou reintroduzem-nos a pessoas negras com faces e identidades objetivamente definidas.

Nesta edição, Luciana Brito nos traz a entrevista realizada com o professor Thomas Holt sobre diáspora africana, experiência negra e a questão racial, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. São reveladas suas percepções sobre as distinções metodológicas entre estudos comparativos e transnacionais para entender a experiência negra nas Américas, as questões sobre a racialização das classes trabalhadoras no pós-abolição e o papel dos intelectuais diante de um momento atual de fortalecimento de teorias ultraconservadoras e anti-intelectualismo.

Abrindo o dossiê, Iamara da Silva Viana e Flavio dos Santos Gomes brindam-nos com o artigo “Fazendo gênero na *plantation*: notas sobre casamentos de africanos, em Cuba e no Brasil, nos séculos XVIII e XIX”, no qual abordam a demografia africana em *plantations* nas Américas, analisando, através da comparação, os padrões matrimoniais de casais africanos nos dois países durante boa parte do período colonial.

Já no artigo “A República e as festas da abolição: resistência e liberdade no pós-abolição”, Renata Figueiredo Moraes discute os festejos da abolição na República e as disputas políticas em torno do seu significado na cidade do Rio de Janeiro.

Nestor Gomes Mora Cortés e Laís Salgueiro, no artigo “Os desafios de emancipação da população afro-brasileira: mestiçagem, interculturalidade e corporeidades” nos apresentam as *ambivalências* do estereótipo “mestiço” e sua relação com a formação do Estado brasileiro. Não lhes interessa analisar a gênese e a evolução da “mestiçagem” como lógica discursiva para definir a sociedade brasileira. Ocupam suas páginas com as “problemáticas ou desafios da população afro-brasileira em superar ou se emancipar desse mecanismo de poder como entrave pelo reconhecimento das diferenças constituintes da sua racialidade”.

Em “População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil”, a autora Mariana Panta promove uma discussão sobre os processos de segregação urbana tendo a *raça* como categoria analítica. Em diálogo com ampla bibliografia que enfrenta o tema desde a década de 1940, a autora nos leva a refletir como a estratificação espacial torna-se limitada quando pensada em termos unicamente de classe.

Petrônio Domingues, em seu artigo “A redescoberta da África: o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros”, tem como intenção reconstituir aspectos da história do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN). Liderada pela médica Iracema de Almeida, a entidade, que surgiu em São Paulo em 1972, tinha como escopo realizar um projeto educativo de profissionalização do negro e de valorização da África, no tocante à sua história e cultura. O autor constata que o GTPLUN foi uma das mais destacadas instituições em defesa dos direitos do negro em São Paulo na década de 1970, durante o regime militar, entretanto, teve sua história negligenciada pelas pesquisas acadêmicas.

Em “Tia Marcelina, a negra da costa, e as memórias do Quebra de Xangô de Alagoas”, os autores Anderson Diego da Silva Almeida e Paulo Antonio de Menezes Pereira da Silveira têm por objetivo recompor a história de tia Marcelina, africana que teve seu terreiro invadido por

um grupo miliciano e foi espancada, em 1º de fevereiro de 1912. Para além da dor, sua imagem resiste para não ser apagada e preservar o que ficou conhecido como o Quebra de Xangô. Essa proposição apresenta fragmentos de memórias de quem a conheceu e creditou sua importância para a história dos xangôs em Alagoas.

Caroline Pereira Leal, em seu artigo “Sociedade Carnavalesca Os Congos: uma sociedade negra no carnaval de elite da Porto Alegre do século XIX”, busca apresentar alguns aspectos da trajetória da Sociedade Carnavalesca Os Congos, uma agremiação composta por membros da população negra, que se destacou no carnaval em fins do século XIX, em Porto Alegre. Através de matérias de jornais e diálogos com a historiografia, a autora mostra como essa sociedade carnavalesca surgiu em um estado durante muito tempo associado à colonização europeia.

Em “A festa de Nossa Senhora do Rosário na comunidade quilombola dos Teixeiras”, Claudia Daiane Garcia Molet aborda a comunidade formada por um campesinato negro localizado no município de Mostardas, Rio Grande do Sul, que homenageia anualmente Nossa Senhora do Rosário, ação resultante da grande fé dos seus membros. Sua pesquisa revela a história da comunidade no pós-abolição, tendo a festa como caminho que a levou a fontes diversas, capazes de revelar os imbróglis decorrentes das experiências com a escravidão e a racialização das relações sociais no período.

Silvio D’Onofrio, em seu artigo “Ruth Guimarães: uma romancista negra na imprensa brasileira dos anos 1940”, analisa a trajetória intelectual da professora, pesquisadora, tradutora, jornalista, poetisa, contista e romancista Ruth Guimarães Botelho (1920-2014). D’Onofrio se debruça especialmente na aproximação de Ruth Guimarães com os meios jornalísticos da metade dos anos 1940, em São Paulo – um meio predominantemente composto por homens brancos –, num momento crítico para o trabalho intelectual, em meio à censura do Estado Novo.

Mariléa de Almeida resenhou o belíssimo livro “A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras”, escrito por Elizabeth Hordge-Freeman. A obra é uma contribuição fundamental para dialogarmos sobre afetividades, “enfocando a maneira como o processo de racialização se exprime por meio da linguagem e das interações familiares”.

Na seção Documento, Carlos Alberto Ivanir dos Santos e Mariana Gino nos trazem o artigo “Samba: resistência da cultura negra popular brasileira”, que analisa o tema “samba e repressão”, abordando a letra de *Me faz um denço*, composta por Zé Catimba e Martinho da Vila,

censurada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, no ano de 1981. Os autores buscam pontuar o gênero musical samba como símbolo das resistências negras frente ao processo de invisibilidade das culturas da gente comum brasileira.

Carlos Alberto Ivanir dos Santos

Álvaro Pereira do Nascimento

Editores convidados